

Tabela 02 - Legislações dos Municípios do litoral da Região Centro-Norte do Estado de Santa Catarina. As informações referem-se aos atos normativos e ementas da atividade pesqueira categorizados por diferentes assuntos mencionados nas normativas.

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Balneário Camboriú	Ordenamento Pesqueiro	Decreto nº 2.887, de 21 de julho de 1997.	Regulamenta a Lei nº 1.674, de 27 de junho de 1997, que estabelece proibições à pesca e ao lazer na orla marítima.	No período compreendido entre 01 de maio a 30 de junho de cada ano é vedada a armação de redes de pesca, do tipo feiticeira e de malha, além do uso de celebri e físgas, nas praias do Município de Balneário Camboriú. A vedação do presente artigo não está proibida a pesca da tainha, por pescadores artesanais, utilizando-se de rede, por meio de arrastão.
				No período compreendido entre 01 de maio a 30 de junho de cada ano é vedada a armação de redes de pesca, do tipo feiticeira e de malha, além do uso de celebri e físgas, nas praias do Município de Balneário Camboriú. A vedação do presente artigo não está proibida a pesca da tainha, por pescadores artesanais, utilizando-se de rede, por meio de arrastão.
				Proíbe a retirada de semente de marisco em todos os costões das praias, em qualquer época do ano.
		Decreto nº 2.976, de 29 de maio de 1998.	Regulamenta a Lei nº 1.674, de 27 de junho de 1997, que estabelece proibições à pesca e ao lazer na orla marítima.	Proíbe a retirada de semente de marisco em todos os costões das praias, em qualquer época do ano.
		Lei nº 1.674, de 27 de junho de 1997. (Regulamentada pelos Decretos nº 2887/1997 e nº 2976/1998)	Estabelece proibições à pesca e ao lazer na orla marítima.	Proíbe a retirada de semente de marisco em todos os costões das praias, em qualquer época do ano.
				No período compreendido entre 01 de maio a 30 de junho de cada ano é vedada a armação de redes de pesca, do tipo feiticeira e de malha, além do uso de celebri e físgas, nas praias do Município de Balneário Camboriú. A vedação do presente artigo não está proibida a pesca da tainha, por pescadores artesanais, utilizando-se de rede, por meio de arrastão.
				A armação de redes de pesca, do tipo feiticeira e de malha, além do uso de celebri e físgas, no período de 01 de maio a 30 de junho de cada ano . a vedação do presente artigo não está proibida a pesca da tainha, por pescadores artesanais, utilizando-se de rede, por meio de arrastão.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Balneário Camboriú	Política	Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú.	Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município de Balneário Camboriú.	O Município estimulará a organização cooperativa e associativa, a recuperação e preservação dos ecossistemas e fomentos à pesquisa.
Balneário Piçarras	Gestão	Lei nº 51, de 16 de agosto de 2009. (altera a Lei nº 263, de 19 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 53, de 15 de setembro de 2005)	Altera a Lei nº 263, de 19 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 53, de 15 de setembro de 2005, que cria o Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Balneário Piçarras.	Altera a participação dos representantes no Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Balneário Piçarras.
	Política	Lei Orgânica do Município de Balneário Piçarras.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Balneário Piçarras.	Trata do planejamento e execução da política agrária e agrícola e da pesca. Criação, a composição, o funcionamento e as atribuições do conselho municipal de desenvolvimento agrícola, agrário e da pesca. Viabilização da instalação das feiras do Pescador.
Bombinhas	Fiscalização	Lei nº 362, de 27 de junho de 1997 (alterada pela Lei nº 1320, de 28 de maio de 2013).	Proíbe a prática de esportes náuticos e limita a navegação de embarcações de lazer e industrial de pesca de tainha no município de Bombinhas, como forma de incentivo a pesca artesanal local.	O Município de Bombinhas providenciará a colocação de placas nas praias informando o período de pesca da tainha, conforme Instrução Normativa do IBAMA vigente, bem como sobre as limitações e proibições de prática de pesca de costão durante todo período de pesca.
	Navegação	Lei nº 362, de 27 de junho de 1997 (alterada pela Lei nº 1320, de 28 de maio de 2013).	Proíbe a prática de esportes náuticos e limita a navegação de embarcações de lazer e industrial de pesca de tainha no município de Bombinhas, como forma de incentivo a pesca artesanal local.	Durante o período de PESCA DE TAINHA (de 15 de maio a 30 de julho), fica proibido a navegação de qualquer de embarcações de pesca industrial de tainha. As embarcações de pesca artesanal com propulsão motora poderão exercer atividades de pesca de tainha nos moldes estabelecidos em Instruções Normativas do IBAMA.
	Política	Lei Orgânica do Município de Bombinhas.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Bombinhas.	Na elaboração da política pesqueira, o Município propiciará a participação dos pescadores artesanais ao qual competirá: promover o desenvolvimento e o ordenamento da pesca artesanal de forma organizada e sustentável; promover o desenvolvimento e o ordenamento da maricultura que abrange a malacocultura, carcinicultura e piscicultura marinha de forma organizada e sustentável.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Garopaba	Áreas de Preservação	Lei Complementar nº 1.465, de 29 de outubro de 2010.	Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do Município de Garopaba.	A Zona de Proteção Ambiental de Costões e Faixa de Areia –ZPA1: corresponde às Faixas de Areia e Costões, servidão do Baú, Largo da Praça e Área dos Ranchos de Pesca. A implantação desta zona visa definir áreas de preservação permanente que necessitam de proteção ambiental no município e que sofrem pressão por ocupação urbana. Para estas áreas, são previstos apenas usos coerentes com a preservação ambiental e amparados por legislações específicas nas esferas superiores, tais usos estão previstos no Anexo 5.
	Crédito	Lei nº 1.547, de 06 de julho de 2011.	Autoriza o Município de Garopaba a prover auxílio direto aos pescadores artesanais.	Fica autorizado o Município de Garopaba, promover repasse financeiro aos pescadores artesanais que sofrerem sinistros através de catástrofes a importância referente a 20% limitado ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
	Cultura	Lei nº 1530, de 25 de maio de 2011.	Dispõe sobre a regulamentação da "Festa da Quermesse Municipal" e institui a "Festa Nacional do Bacalhau".	Regulamenta a Quermesse Municipal e Institui a Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, como evento oficial do município, ambas a serem realizadas anualmente no mês de junho e/ou julho. O período será definido, observando sempre o período da pesca da tainha, da pesca da abrótea e Feriado de Corpus Christi.
	Gerenciamento Costeiro	Lei Complementar nº 1.465, de 29 de outubro de 2010.	Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do Município de Garopaba.	Setor Orla de Garopaba – Setor 1 – Este setor compreende os lotes confrontantes à Avenida dos Pescadores da praia de Garopaba. Os lotes inclusos neste setor possuem características predominantemente comerciais. Neste setor, o recuo frontal é passível de uso para fins comerciais, desde que não configurem ocupações permanentes e desde que mantidos os parâmetros urbanísticos previstos no Anexo 5.
	Gestão	Lei Complementar nº 1.463, de 29 de outubro de 2010.	Institui o Plano Diretor do Município de Garopaba.	A composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal deverá ser organizada segundo critérios de representação territorial e setorial, incluindo: pescadores e agricultores profissionais.
Itajaí	Cultura	Lei nº 5.149, de 8 de julho de 2008 (Regulamentada pelo Decreto nº 8358 de 2007).	Institui a "Semana Municipal do Pescador" de Itajaí.	Fica instituída a Semana Municipal do Pescador no Município de Itajaí, a ser comemorada anualmente entre os dias 23 a 29 do mês de junho.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Itajaí	Gestão	Decreto nº 9.774, de 24 de julho de 2012.	Cria e nomeia os membros do Comitê Municipal Gestor do Projeto Orla.	Com atuação especial junto aos diferentes atores e à sociedade, possuindo atribuições de divulgar, discutir, acompanhar, articular, monitorar, fiscalizar, avaliar e deliberar a respeito da implementação do conjunto de ações pertinentes ao Projeto, além de coordenar o trabalho de avaliação e revisão do PGI, bem como propor adequações e realinhar as ações ao longo do tempo, além de supervisionar e/ou acompanhar a execução dos planos de intervenção municipal, bem como seus desdobramentos em diretrizes locais e propor adequações.
	Ordenamento Pesqueiro	Lei Orgânica do Município de Itajaí	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Itajaí.	Proíbe a pesca predatória.
	Política	Lei Complementar nº 94, de 22 de dezembro de 2006.	Institui o Plano Diretor de Gestão e Desenvolvimento Territorial de Itajaí.	O Município deverá assegurar a sustentabilidade ecológica e a elevação da qualidade do ambiente de Itajaí, conservando os recursos naturais e os ecossistemas naturais e modificados, em conjunto com os demais municípios da zona costeira e da bacia hidrográfica.
				O Município deverá incentivar e assegurando a atividade pesqueira tradicional, estimular a profissionalização e capacitação dos trabalhadores das atividades pesqueiras.
				O Município estimulará o reconhecimento da importância das atividades portuárias e pesqueiras e simultaneamente incentivas à diversificação da economia.
Itajaí	Sanidade	Lei Orgânica do Município de Itajaí	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Itajaí.	O Município coparticipará com o governo do Estado e da União, na manutenção do serviço de assistência técnica e extensão rural e pesqueira oficial, assegurando, prioritariamente ao pequeno produtor rural e pescador artesanal, a orientação sobre a produção agro-silvo-pastoril e pesqueira, a organização rural e pesqueira, a comercialização, a racionalização do uso, a preservação dos recursos naturais, a administração das unidades de produção e melhorias das condições de vida e bem estar da população rural e pesqueira.
				O Município promoverá a política de desenvolvimento rural e/ou pesqueiro mediante a elaboração de um plano de desenvolvimento rural e pesqueiro.
Itajaí	Sanidade	Lei nº 4.847, de 29 de junho de 2007.	Cria o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) que dispõe sobre elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal.	São considerados passíveis de inspeção, beneficiamento e elaboração as seguintes matérias primas, seus derivados e subprodutos: peixes, crustáceos e moluscos.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Itapema	Áreas de Preservação	Lei Complementar nº 11, de 06 de fevereiro de 2002.	Dispõe sobre o Zoneamento e uso do solo e cria o Conselho Municipal de Planejamento Urbano.	A Zona de Preservação Permanente instituídas por esta Lei, estão localizadas nas seguintes regiões e tem as limitações: 1ª Parte: Zona de preservação, que inicia a Oeste na divisa com ZR1 do mesmo bairro, ao Sul, ao Norte e a Leste confronta-se com a Orla Marítima. Área mais conhecida como Ponta do Cabeço; 2ª Parte: Ao Norte, Leste e Sul com a Orla Marítima e a Leste com a ZR1, área mais conhecida como Ilha do Plaza. BAIRRO SERTÃOZINHO: Extremo Noroeste da cidade, limitando-se pelas seguintes confrontações: Norte: Divisa com o bairro Ilhota pela vertente dos morros. Sul: Rua 902 (antiga estrada geral do morro do Encano) Leste: Br 101 Oeste: Divisa com o município de Camboriú pela vertente dos morros.
		Lei Orgânica do Município de Itapema.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Itapema.	Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado incumbe ao Município: proteger os manguezais, os terrenos de marinha, as praias, os costões e as matas do território municipal sendo que sua utilização far-se-á na forma da Lei, dentro das condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto no uso dos recursos naturais.
	Assistência Técnica	Lei Orgânica do Município de Itapema.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Itapema.	O Município terá manutenção do serviço de assistência técnica e extensão mural oficial, assegurando prioritariamente ao pescador.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Itapema	Gerenciamento Costeiro	Lei Complementar nº 11, de 06 de fevereiro de 2002.	Dispõe sobre o Zoneamento e uso do solo e cria o Conselho Municipal de Planejamento Urbano.	Fica criado o Conselho Municipal de Planejamento Urbano - CMPU com competência de propor atualização da legislação urbanística.
	Infraestrutura			A área urbana, situada na ZR1, entre a Rua 109 (lado Leste), lateral Sul da Rua 109, lateral Norte da Pedra do Engodo, fica reservada como Zona Pesqueira, podendo nela, ser construídas edificações multifamiliares. Na zona acima indicada permitir-se-á a instalação de atividades comerciais e industriais relativas a atividades pesqueiras e marinas, ficando vedada outras instalações de comércio, serviço ou indústria. Naquela localidade podem ser construídos prédios multifamiliares até 06 (seis) pavimentos, ou seja, térreo mais 05 (cinco) pavimentos. A ZR1 está localizada nas seguintes regiões e tem as limitações que se seguem: confronta ao Norte com o Rio Fabrício, ao Sul com a Rua 165, limitando-se a Leste com a Orla Marítima e a Oeste com a Avenida Nereu Ramos e Celso Ramos.
				Setores Especiais - SE, destinados a assegurar a demanda de equipamentos comunitários e/ou urbanos, implantação de atividades econômicas específicas e ordenadamente, inclusive para apoio aos habitantes das Zonas Residenciais e, também, para assegurar padrões de ocupação adequados em áreas especiais: das Vias Arteriais: espaços ao longo das vias arteriais que interligam as diversas localidades do Município, caracterizados como eixos para o desenvolvimento de atividades urbanas diversificadas: de atividades pesqueiras artesanais: ZAPA, destinada a assegurar o entorno marinho para a pesca local e justificar as atividades de fiscalização municipal.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Itapema	Infraestrutura	Lei Complementar nº 11, de 06 de fevereiro de 2002.	Dispõe sobre o Zoneamento e uso do solo e cria o Conselho Municipal de Planejamento Urbano.	V - ÁREA NON AEDIFICANDI - ZPP - destinada à Zona de preservação permanente, além das ZPPs apontadas no mapa, são consideradas ZPPs o círculo de raio de 50,00m em torno das nascentes, linha de cumeeira de morros, as faixas da orla marítima com vegetação de restinga, os manguezais, as encostas com declividade superior a 45º, conforme especificações a seguir: a - Rio Perequê = 30,0m (trinta metros) de recuo das margens na ZR3 e 15,0m (quinze metros) nas ZR1 e ZR2; b - Nos demais rios e riachos, os recuos das margens serão de 15,0m (quinze metros); c - Nas valas de drenagem o recuo será de 5,0m (cinco metros); d - A utilização das terras de Marinha (33,00 metros), situadas na Zona Urbana do Município será determinada da seguinte forma: trecho situado entre o Rio Bela Cruz e o Canal das Oliveiras, numa profundidade de 22,0m (vinte e dois metros), para a implantação de paisagismo e urbanização da orla marítima, após parecer do DPU (Delegacia do Patrimônio da União).- Trecho situado entre o Canal das Oliveiras e a Rua 203, numa profundidade de 18,0m (dezoito metros), para a implantação de paisagismo e urbanização da orla marítima, após parecer do DPU (Delegacia do Patrimônio da União).- Trecho situado entre o Rio Bela Cruz e o Costão, numa profundidade de 15,0m (quinze metros), para a implantação de paisagismo e urbanização da orla marítima, após parecer do DPU (Delegacia do Patrimônio da União).- Zona do Costão, no trecho situado entre o Canto de Itapema e a Ponta da Malta (divisa de Balneário Camboriú), numa profundidade de 33,0m (trinta e três metros), para a conservação da Mata Atlântica existente e futura urbanização turística, com preservação da vegetação existente.- Praia Grossa e da Ilhota, numa profundidade de 25,0m (vinte e cinco metros), para implantação de paisagismo e urbanização da orla marítima, após parecer do DPU (Delegacia do Patrimônio da União).- A Prefeitura Municipal de Itapema será a responsável pela colocação de marcos, em um prazo de sessenta dias a contar da aprovação desta Lei, de onde serão puxados os alinhamentos em relação à orla marítima.- Não será permitido a reforma ou acréscimo das cantinas estabelecidas na orla marítima, ficando a municipalidade responsável por definir um novo padrão das mesmas, tendo um prazo de 180 dias a contar da aprovação deste Plano Diretor para o enquadramento das já existentes, ficando também responsável pela distribuição, alinhamento e distanciamento entre as cantinas.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Itapema	Política	Lei Orgânica do Município de Itapema.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Itapema.	O poder público municipal com representação da comunidade, definirá uma política para o desenvolvimento agropecuário, levando em conta os aspectos culturais, sociais, econômicos e de meio-ambiente. São premissas básicas para essa política para o desenvolvimento agropecuário: b) Isonomia de atenção e tratamento entre o meio urbano, rural e pesqueiro.
Navegantes	Áreas de Preservação	Lei Complementar nº 117, de 13 de outubro de 2011.	Fica criado o Parque Natural Municipal de Navegantes.	O Parque Natural Municipal de Navegantes com a área de 147.126,00 metros quadrados, delimitado com base nas cartas topográficas SG. 22-Z-B-V-4, escala de 1:50.000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, conforme a seguinte descrição: inicia no ponto 00, de coordenadas geográficas 26°50'48,275" S e 48°39'28,388" O; desse ponto, segue em linha reta até o ponto 01, de coordenadas geográficas 26°50'39,980" e 48°39'23,984"; desse ponto, segue em linha reta até o ponto 02, de coordenadas geográficas 26°50'38,370" e 48°39'40,330"; desse ponto segue em linha reta até o ponto 03, de coordenadas geográficas 26°50'48,546" e 48°39'44,758"; desse ponto, segue em linha reta até o ponto 00, início desta descrição, totalizando uma área de 147.126,00 metros quadrados e um perímetro de 1.555,00 m.
	Cultura	Lei nº 2.190, de 30 de julho de 2009.	Institui o "Dia Municipal do Pescador" no Município de Navegantes.	Fica instituído o Dia Municipal do Pescador Artesanal, em Navegantes, a ser comemorado no segundo sábado do mês de maio de cada ano.
		Lei nº 2.669, de 12 de março de 2013.	Institui o Plano Municipal de Cultura de Navegantes para o Decênio 2013-2023.	Fica instituído o Plano Municipal de Cultura de Navegantes para o decênio de 2013-2023, conforme especificado no Anexo Único desta lei.
	Gestão	Lei Complementar nº 117, de 13 de outubro de 2011.	Cria o "Parque Natural Municipal de Navegantes".	O Plano de Manejo estabelecerá a estrutura administrativa e definirá o uso adequado e as restrições de uso na área interna e no entorno do Parque Natural Municipal de Navegantes. Enquanto não for elaborado e aprovado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação deverão garantir a integridade dos recursos naturais, atender aos objetivos do Parque e ser aprovadas pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes.
		Lei Orgânica do Município de Navegantes.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Navegantes.	O Município terá um Conselho de Desenvolvimento Rural para coordenar a elaboração de um plano municipal de desenvolvimento rural e terá a participação de pescadores.
	Infraestrutura	Lei Complementar nº 55, de 22 de julho de 2008.	Institui o Código Urbanístico e as disposições sobre o Plano Diretor do Município de Navegantes.	Independente dos critérios de incomodidade, ficam estabelecidas as seguintes condições: II - Indústrias da pesca serão autorizadas apenas na Macrozona de Indústrias e Serviços 1.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Navegantes	Infraestrutura	Lei nº 1.927, de 23 de agosto de 2005.	Denomina " <i>Pier de Pesca José Olavo Coelho</i> ".	O píer construído pela Administração Municipal localizado às margens do Rio Itajaí-Açu, no pátio da Prefeitura Municipal de Navegantes, passa a denominar-se oficialmente PÍER DE PESCA JOSÉ OLAVO COELHO.
		Lei Orgânica do Município de Navegantes.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Navegantes.	As indústrias de pesca serão autorizadas apenas na Macrozona de Indústrias e Serviços 1.
	Navegação	Decreto nº 187, de 30 de janeiro de 2001.	Dispõe sobre a utilização e fixação das tarifas da carreira para puxada de embarcações de pesca.	Serão isentos da tarifa de puxada os pescadores artesanais que no ato do requerimento, sejam proprietário de embarcação de pesca artesanal devidamente registrada na Capitania dos Portos de Santa Catarina e associado à Colônia de Pescadores de Navegantes Z-6. Aqueles que não se enquadrarem no artigo anterior e que desejarem utilizar a "carreira" deverão ser eleitores em Navegantes, proprietários de embarcações registradas na Capitania dos Portos de Santa Catarina, com tamanho não superior a 10 (dez) metros de comprimento, destinadas exclusivamente à pesca e o pagamento da taxa prevista no artigo 3º.
	Política	Lei Complementar nº 55, de 22 de julho de 2008.	Institui o Código Urbanístico e as disposições sobre o Plano Diretor do Município de Navegantes.	A Estratégia de Qualificação do patrimônio socioambiental de Navegantes deverá ser desenvolvida pelos órgãos municipais competentes em parceria com a comunidade, visando promover a implantação de espaços e equipamentos voltados à valorização e ao fortalecimento de atividades produtivas tradicionais, como os produtores rurais e pescadores artesanais.
		Lei Orgânica do Município de Navegantes.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Navegantes.	O Município de Navegantes deverá incrementar o desenvolvimento econômico e social apoiando e estimulando o pequeno pescador e criação de um mercado de pescado municipal.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Penha	Áreas de Preservação	Decreto nº 158, de 08 de dezembro de 2006.	Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, aforamento e a ocupação, bem como benfeitorias existentes sobre terreno de marinha para implantação de Parque Municipal de Proteção Ambiental.	O Parque Ecológico da Lagoa - "Parque Municipal de Proteção Ambiental", para preservação da biodiversidade da flora e da fauna da região, está localizado no terreno de marinha localizado na Av. Nereu Ramos, bairro Centro em Penha/SC, com área total de 37.548,32m², com a seguinte descrição da área: " Um terreno de forma irregular, contendo uma lagoa, situada entre a foz do Rio Piçarras (NE), Praia Alegre (L), Av. Nereu Ramos (SW), Rua Abrahão J. Francisco (SW) e uma estrada sem denominação oficial (S), na Zona Urbana de Penha Comarca de Piçarras, com Área Total de 37.548,32 metros quadrados, com as seguintes medidas: Partindo do ponto de interseção do alinhamento (lado direito) da Av. Nereu Ramos com a Rua Abrahão J. Francisco seguindo o sentido SE onde mede 129,65 metros. Deste ponto e até o ponto de partida encontram-se os seguintes ângulos horários e medidas: 117º46'09" e 136,10 metros; 124º12'17" e 73,75 metros; 97º07'27" e 350,07 metros; 164º43'49" e 11,69 metros; 172º49'52" e 12,09 metros; 175º17'24" e 102,25 metros; e, finalmente, 178º02'32" e 134,23 metros.
		Lei Complementar nº 02, de 14 de setembro de 2007.	Institui o Código Urbanístico do Município de Penha.	Cria um sistema municipal de proteção de áreas verdes, mangues e restingas que, com base no cadastro de áreas verdes.
		Lei Complementar nº 55, de 26 de outubro de 2012.	Institui o Código Urbanístico do Município de Penha.	Fica alterada a demarcação da Zona Especial de Conservação Ambiental do mangue do Rio Irirí contida no Anexo I - Macrozoneamento, que é parte integrante da Lei Complementar nº 002/2007.
	Cultura	Lei nº 2.537, de 21 de março de 2012.	Institui o " <i>Dia Municipal do Manipulador de Pescado</i> " no Município de Penha.	Poder Executivo fica autorizado a contratar shows, parque de diversão ou quaisquer outras atividades para fins de organização e realização de eventos na data prevista na presente Lei, firmando ou não parceria com Associações, clubes de serviços e outras Instituições que se fizer necessário para o sucesso da comemoração e integração entre os manipuladores, familiares e sociedade em geral.
		Lei nº 2320, de 03 de dezembro de 2009.	Fica instituído o " <i>Dia do Pescador</i> " no Município de Penha.	A Secretaria de Agricultura e Pesca e a Secretaria de Educação e Cultura, por intermédio do departamento da Cultura do Município, realizarão amostras, exposições e palestras especiais sobre os nobres pescadores de Penha; Todas as atividades ou eventos realizados terão por objetivo homenagear os pescadores artesanais e industriais de Penha e divulgar a importância da atividade pesqueira como fonte geradora da economia sustentável dos primeiros moradores e a sua contribuição histórico-cultural para o desenvolvimento do Município.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Penha	Gerenciamento Costeiro	Lei Complementar nº 02, de 14 de setembro de 2007.	Institui o Código Urbanístico do Município de Penha.	O Plano de Gestão Socioambiental compreende a gestão, preservação e recuperação da paisagem natural e dos bens socioambientais e deverá: i) definir metas, diretrizes e prazos para elaboração dos programas e planos setoriais; ii) zoneamento Ecológico-econômico da APA da Praia Vermelha e do Rio das Pedras.
	Gestão	Decreto nº 153, de 29 de março de 2009.	Institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e Aquícola do Município de Penha.	Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Pesqueiro e Aquícola de Penha, de caráter deliberativo, com finalidade, composição e competência definidas pelo Convênio nº 169/91, que tem por objetivo a municipalização de atividades da área da Agricultura, Pesca e Aquicultura, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Penha, através da Lei Municipal nº 1.166/91. A representação dos produtos rurais, pesqueiros aquícolas, juntamente com a dos representantes das entidades de produtores e trabalhadores rurais, pesqueiros e aquícolas, não deverá ser inferior a 50% mais um do total de membros que compõe o Conselho.
	Infraestrutura	Lei Complementar nº 02, de 14 de setembro de 2007.	Institui o Código Urbanístico do Município de Penha.	O Plano de Gestão Socioambiental compreende a gestão, preservação e recuperação da paisagem natural e dos bens socioambientais e deverá: definir metas, diretrizes e prazos para elaboração do Plano de gestão resíduos sólidos e líquidos, atendendo as resoluções do CONAMA, com ênfase na mitigação e/ou eliminação dos impactos das seguintes atividades: i) atividades industriais de processamento de mariscos na Bacia do Rio Iriri e de salgas na Bacia do Rio Gravatá; ii) Marinas, (resíduos sólidos com características domésticas, óleos, graxas e combustíveis); iii) Oficinas de manutenção de embarcações (óleos, graxas e combustíveis, embalagens e outros itens contaminados).
	Navegação	Lei nº 2.214, de 25 de junho de 2008.	Proíbe a entrada de banhistas e terceiros nas embarcações dos pescadores artesanais ancoradas nas praias do Município de Penha.	Poder Executivo Municipal, visando o cumprimento da lei, implantará placas indicando a existência da mesma nas praias do Município onde existam embarcações de pescadores artesanais ancoradas.
	Ordenamento Pesqueiro	Lei Orgânica do Município de Penha.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Penha.	Fica proibido no mar que banha o litoral do Município a pesca submarina, reservada a atividade dessa natureza exercida pelos pescadores artesanais, devidamente inscritos na Colônia de Pescadores, desde que sem a utilização de explosivos ou armas de propulsão.

(continua)

Tabela 02 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Penha	Política	Lei Complementar nº 02, de 14 de setembro de 2007.	Institui o Código Urbanístico do Município de Penha.	A Estratégia de Qualificação do patrimônio socioambiental de Penha deverá ser desenvolvida pelos órgãos municipais competentes em parceria com a comunidade, visando promover a implantação de espaços e equipamentos voltados à valorização e ao fortalecimento de atividades produtivas tradicionais, como os produtores rurais e pescadores artesanais.
		Lei Orgânica do Município de Penha.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Penha.	O Município de Penha promoverá política de desenvolvimento agrícola e pesqueiro, de acordo com as aptidões econômicas sociais e dos recursos naturais, mediante a elaboração de um plano de desenvolvimento agrícola e pesqueiro.
	Resíduos	Lei nº 2696, de 05 de maio de 2014.	Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação de óleos lubrificantes provenientes de embarcações de pesca artesanal no Município de Penha.	Os reservatórios destinados ao recolhimento do óleo usado ou contaminado deverão ser implantados nos seguintes locais: Praia Alegre, no centro; Praia do Pescador, no bairro de Praia de Armação do Itapocoroy; Praia de São Miguel e Rio de Gravatá, no bairro de Gravatá.
		Lei Orgânica do Município de Penha.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do Município de Penha.	É terminantemente proibido as indústrias de pescados, salgas e peixaria lançarem diretamente nos rios e córregos deste Município, dejetos e restos de beneficiamento de pescados.
	Saúde			A Lei Orçamentária anual do Município prevê dotação para manutenção do ambulatório médico odontológico da Colônia de Pescadores Z-5.
Porto Belo	Gerenciamento Costeiro	Lei Complementar nº 33, de 10 de junho de 2011.	Institui o Código do Urbanístico do Município de Porto Belo.	A Estratégia de Desenvolvimento Turístico de Porto Belo deverá ser desenvolvida pelos órgãos municipais competentes em parceria com a comunidade, visando implantar um programa municipal de ecoturismo para atender os projetos de pesca artesanal, trilhas ecológicas, arvorismo e observação ornitológica e mergulho ecológico.

(continua)

Tabela 02 (conclusão)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Porto Belo	Infraestrutura	Pasta Lei Complementar nº 33, de 10 de junho de 2011 Anexos.	Institui o Código do Urbanístico do Município de Porto Belo.	A localização da Zona Especial de Ocupação Tradicional -ZEOT encontra-se nos anexos desta norma.
	Política	Lei Orgânica do Município de Porto Belo.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Porto Belo.	O Município definirá política específica para o setor pesqueiro local, em consonância com as diretrizes dos Governos Federal e Estadual, promovendo seu planejamento, ordenamento e desenvolvimento, enfatizando sua função de abastecimento alimentar através da implantação de mercados de peixes nas sedes distritais, provimento de infraestrutura de suporte à pesca, incentivo à implantação do sistema de informação setorial.
	Regularização Fundiária	Lei Complementar nº 33, de 10 de junho de 2011.	Institui o Código do Urbanístico do Município de Porto Belo.	A Zona Especial de Ocupação Tradicional - ZEOT reúne áreas de interesse de proteção das comunidades tradicionais de quilombolas, de pescadores, entre outras que seja identificadas no município. São três as Comunidades Tradicionais atualmente existentes no município: duas comunidades tradicionais de pescadores - a do Araçá e a de Santa Luzia, e a comunidade quilombola do Valongo. A Zona Especial de Ocupação Tradicional - ZEOT tem como objetivos orientar as políticas públicas no sentido de: I - Delimitar, por meio de planos e normas específicas as áreas destinadas a moradia e produção para sustentabilidade das comunidades tradicionais; II - Direcionar políticas públicas específicas de acordo com as leis federais sobre Comunidades Tradicionais, para a valorização e garantia dos direitos destas comunidades.